



**CONSELHO DA  
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 22 de novembro de 2013 (26.11)  
(OR. en)**

**16166/13**

**LIMITE**

**INF 202  
API 109**

**NOTA PONTO "I/A"**

---

de:	Grupo da Informação
para:	Coreper (2. <sup>a</sup> Parte)/Conselho
n.º doc. ant.:	16165/13
Assunto:	Acesso do público aos documentos – Nova resposta ao pedido confirmativo n.º 01/c/01/09 na sequência do acórdão do Tribunal de Justiça no processo C-280/11 P

---

Junto se envia, à atenção das delegações, um projeto de nova resposta ao pedido confirmativo n.º 01/c/01/09, na sequência do acórdão do Tribunal de Justiça no processo C-280/11 P, aprovado por unanimidade pelo Grupo da Informação a 22 de novembro de 2013.

A maioria das delegações concordou com a publicação do resultado da votação.

Convida-se, pois, o Comité de Representantes Permanentes a sugerir ao Conselho que, na sua próxima reunião:

- dê o seu acordo ao projeto de resposta anexo ao presente documento, como ponto "A", e
- decida publicar o resultado da votação.

O Anexo encontra-se disponível apenas em inglês.

**DRAFT**  
**REVISED REPLY**  
**ADOPTED BY THE COUNCIL ON .....**  
**TO CONFIRMATORY APPLICATION No 01/c/01/09,**  
**made by e-mail on 16 January 2009,**  
**FOLLOWING THE JUDGMENT OF THE COURT OF JUSTICE**  
**OF 17 OCTOBER 2013 IN CASE C-280/11 P (Council v Access Info Europe)**  
**for public access to document 16338/08**

Following the judgment of the Court of Justice of 17 October 2013 in Case C-280/11 P, the Council has reconsidered this confirmatory application under Regulation (EC) No 1049/2001 (OJ L 145 of 31.5.2001, p. 43) and Annex II to the Council's Rules of Procedure (Council Decision 2006/683/EC, Euratom – OJ L 285 of 16.10.2006, p. 47), and has come to the following conclusion:

1. Document 16338/08 is a note from the General Secretariat to the Working Party on Information concerning the Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council regarding public access to the European Parliament, Council and Commission documents. The document contains proposals by various delegations for modifications as regards the Commission proposal.
2. The Council has reexamined the document in the light of the judgment of the Court of Justice of 17 October 2013 in Case C-280/11 P, and concluded that the applicant may now have access to the document in its entirety.